



Processo: Pregão Presencial 150/2021 PMN

Pregoeira: Franciele Justino

Recorrente: GTA Atacado e Varejo EIRELI EPP

Recorrida: Forma Comércio de Produtos e Equipamentos

I – RELATÓRIO

A recorrente já devidamente qualificada nos apensos do processo licitatório se insurge contestando o desfecho do certame 150/2021, alegando que a recorrida não apresentou o relatório de ensaio físico/mecânico referente ao item 16. Por fim, pretende a recorrente desclassificar a proposta da recorrida no processo licitatório.

II – DO DISPOSITIVO

Não obstante o direito reservado à recorrente ao presente instrumento, reitera-se que o assunto abordado pela mesma neste recurso já foi objeto de discussão durante o próprio certame, da qual a Comissão de Licitação informou não considerar a citada falha, visto que a comprovação do ensaio físico/mecânico foi apresentada na descrição do item na documentação das propostas da recorrida.

A apresentação de relatório de ensaio físico/mecânico, conforme solicitado no Edital, no seu item 16, refere-se ao suporte de peso mínimo de 50 kg. A recorrida apresentou tal comprovação através da apresentação do item na proposta da mesma, incluindo (não em documento separado) o suporte ao peso mínimo de 50 kg, especificado em edital, através de ensaio físico/mecânico. Com esta apresentação, a Comissão de Licitação considerou como atendidas as demandas editalícias, logrando a recorrida como vencedora do item 16.





No que tange a apresentação das informações obrigatórias através de documento ou formado diferente de relatório, mesmo que solicitado no edital regedor, não é motivo para desclassificação da proposta da empresa recorrida, visto que tais informações para análise do item estavam presentes no corpo da proposta, portanto a aceitação do presente recurso incorreria no formalismo exacerbado, violando o interesse público primário.

Conforme já fartamente elegido na nossa jurisprudência, o entendimento dos Tribunais, em especial, do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, o excesso de formalismo deve ser repudiado nas licitações públicas. Conforme preceitua o professor Carlos Pinto Coelho Mota em sua obra Eficácia nas Licitações e Contratos - Estudos e Comentários às Leis 8666/93 e 8987/95:

“Falhas formais, portanto, são aquelas decorrentes de atos impróprios, ilegais, praticados pela Administração ou por parte de quem com ela se relaciona, mas que não afetem ou digam respeito ao seu conteúdo, isto é, como o próprio nome diz, são de mera forma [...]. Uma falha formal identificada na documentação ou proposta dos licitantes, por exemplo, não significa que o licitante deva ser inabilitado ou a sua proposta desclassificada.”

Neste íterim, conforme diligência à Procuradoria-Geral do Município de Navegantes, esta Comissão de Licitação foi orientada a considerar que, nos casos em que uma questão formal não inviabiliza a essência jurídica do ato, é dever da Administração considerá-lo como válido, aplicando o princípio do formalismo moderado. A essência de tal princípio é representada pela presença dos erros ou vícios formais, os quais podemos definir como aqueles que, mesmo caracterizando infração ao instrumento convocatório, e até mesmo a textos normativos, não ofendem à essência do interesse que a forma visa exteriorizar.

III – MÉRITO





Pelo acima exposto, julgo improcedente o recurso apresentado pela recorrente GTA Atacado e Varejo EIRELI EPP., mantendo-se a proposta vencedora da empresa recorrida Forma Comércio de Produtos e Equipamentos.

Encaminha-se o presente para a autoridade superior competente que ratifica a decisão.

Publique-se.

É a decisão.

Navegantes, 09 de dezembro de 2021.

Pregoeira: Franciele Justino

Equipe de Apoio:

Keila Aparecida Paixão Fernandes

Isabel Dayane Cabral Monteiro

Gregory Couto

Ratificando:

DITMAR ALFONSO ZIMATH
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

